

URBANISMO

Estruturas metálicas, montes de areia e propagandas escondem os principais monumentos da capital



MONTAGEM DE ARQUIBANCADAS PARA CIRCUITO DE VÔLEI DE PRAIA E PROPAGANDAS NO GRAMADO CENTRAL E NO PRÉDIO DO CONGRESSO NACIONAL: INTERFERÊNCIA NA ORDEM URBANÍSTICA DE BRASÍLIA

Poluição visual na Esplanada

CAROLINA CARABALLO
DA EQUIPE DO CORREIO

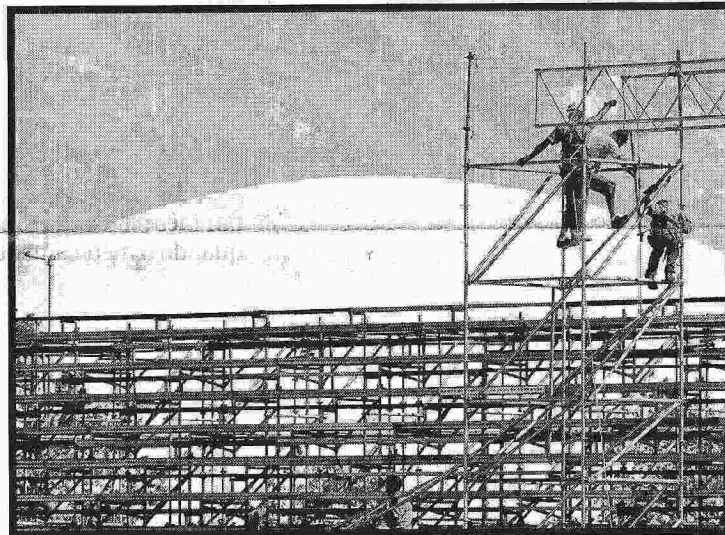
Fotos: Cadu Gomes/CB

A Esplanada dos Ministérios deixou de ser passarela exclusiva para o desfile das obras de Oscar Niemeyer. O Congresso Nacional, a Catedral Metropolitana de Brasília e o Conjunto Cultural da República disputam espaço com andaimes e montes de areia, materiais usados para montar o palco de um evento esportivo. A poluição visual — dezenas de banners e até mesmo um cartaz afixado no edifício do Senado Federal — colabora para estragar o principal cartão-postal da cidade.

Em frente ao Conjunto Cultural da República, museu e biblioteca ainda por inaugurar, um canteiro de obras encobre os monumentos. Homens trabalham para erguer as arquibancadas de ferro e as quadras de areia até o próximo dia 25, quando começa a etapa brasileira do Circuito de Vôlei de Praia, patrocinado pelo Banco do Brasil.

Nas proximidades da Catedral, um conjunto de banners com propagandas institucionais do Sesi/Senai interrompe o verde que se estende pelo canteiro central. Nem o Congresso escapa da publicidade — um cartaz de 40m de altura anuncia a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, evento organizado pelo Senado Federal e que começa na terça-feira.

A quadra de areia e o conjunto de banners tiveram autorização



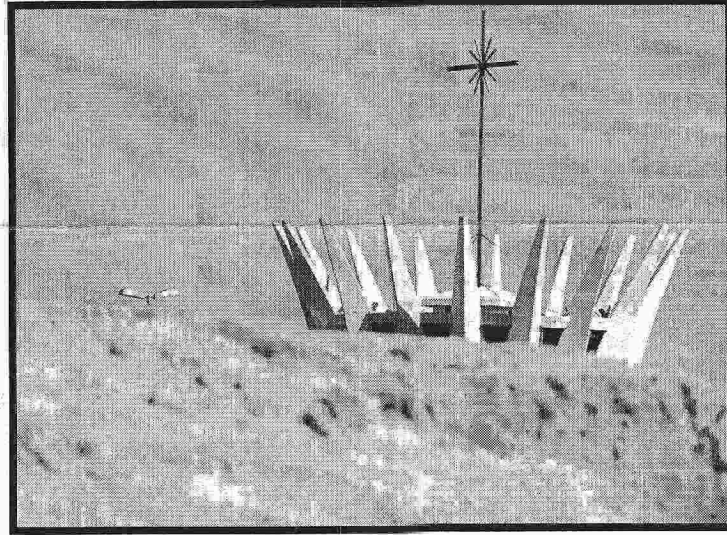
ESTRUTURAS METÁLICAS ENCOBREM AS CURVAS DA CÚPULA DO SENADO

do Governo do Distrito Federal (GDF) para serem montados na Esplanada dos Ministérios. O Banco do Brasil ganhou o direito de organizar o campeonato em local privilegiado por oferecer lazer gratuito à população. Mas o administrador de Brasília, Luís Antônio Almeida Reis, ressalta que a permissão só foi concedida porque a montagem, a desmontagem da quadra e tudo o que envolve o evento ficará a cargo do banco.

Os banners do Sesi/Senai também foram instalados com a autorização do administrador. “Demos um alvará eventual para a instituição que permitia a publicidade de 20 de outubro a 1º de novembro”, afirma Luís Antônio. “O Sesi, infelizmente, extrapolou esse prazo. A retirada dos ban-

ners, no entanto, é responsabilidade da Secretaria de Fiscalização.” A assessoria de comunicação da instituição informou que o prazo para a retirada das propagandas foi prorrogado. O Sesi teria atrasado a instalação dos banners por conta de outro evento na Esplanada e negociou a retirada da publicidade para hoje.

O cartaz preso no prédio do Senado Federal é a única peça de propaganda que não passou pelo crivo da Administração de Brasília. “Não tinha reparado nele e não fomos informados sobre a instalação da peça”, comenta Luís Antônio. “Na segunda-feira vamos lembrar o cerimonial do Senado de que o Plano Diretor de Publicidade não permite propagandas em prédios



MONTE DE AREIA IMPEDE A VISÃO COMPLETA DA CATEDRAL DE BRASÍLIA

da área tombada de Brasília.”

A organizadora da campanha, Mônica Freitas, afirmou que recebeu autorização da diretoria da Casa para afixar o cartaz. “Além disso, integrantes da Administração de Brasília participaram das reuniões sobre a campanha. E deixamos bem claro que um banner de 40m seria colocado no prédio do Congresso Nacional. Não entendo por que agora eles querem retirá-lo”, reclama a funcionária do cerimonial da Presidência.

O administrador de Brasília recebe, constantemente, pedidos de autorização para o uso de áreas públicas em setores tombados. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no entanto, sofre com a

falta de informação. “As publicidades que estão na Esplanada foram colocadas à revelia do Iphan”, observa Alfredo Gastal, superintendente do instituto. “Poderíamos mandar retirar todas elas. Não fizemos isso porque não temos uma legislação bem definida sobre o assunto.”

O geógrafo Allison Castro, 25 anos, não conhece nada das leis que regulam propagandas em áreas tombadas. Mas, como morador da cidade, sente-se incomodado com a publicidade que toma conta da Esplanada. “O Congresso Nacional é o símbolo do poder. Como é que um turista chega aqui para tirar foto e encontra um cartaz imenso pendurado no prédio? Fica muito feio”, critica.

O QUE DIZ A LEI

Lei de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Decreto lei 25 de 1937)

● Proíbe a instalação de anúncios em edificações tombadas, exceto nos casos em que o órgão responsável pela administração do patrimônio autorizar. Atualmente, é a superintendência regional do Iphan. A pena é a retirada da publicidade e multa.

Plano Diretor de Publicidade (Lei 3.035 de 2002)

● Proíbe a colocação de faixas nos edifícios e solo da zona cívico-administrativa, que inclui a Esplanada dos Ministérios. Os eixos rodoviários Sul e Norte (Eixão) e a plataforma da Rodoviária do Plano Piloto também estão protegidos dos anúncios. A penalidade é notificação e multa.

CONSCIÊNCIA NEGRA

Dia para refletir sobre a discriminação racial

ANDRÉ BEZERRA

DA EQUIPE DO CORREIO

Todo brasileiro é um pouco negro, europeu e índio. A lição está nos livros de história das crianças do ensino fundamental. Mas

o preconceito em não aceitar a mistura das raças ainda é uma realidade que envergonha a nação. Desde o início desta semana, uma série de atividades lembra as conquistas e o que ainda falta avançar no país. No dia 20, se-

Discriminação racial

gunda-feira, comemora-se o Dia da Consciência Negra. A data foi criada há 35 anos como marco para os movimentos que lutam pelo fim da discriminação dos negros no Brasil.

“Hoje em dia, o 20 de novembro se tornou uma data aglutinadora. Simboliza a luta e a resistência do povo negro no Brasil rumo à igualdade racial”, afirma o professor e poeta Oliveira Silveira, que participou da criação do Dia da Consciência Negra na década de 70. Ele fez parte do Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, que após estudos e pesquisas, sugeriu que se comemorasse a data da morte de Zumbi, ex-escravo que liderou o movimento de resistência negra do Quilombo de Palmares, no século 17.

Em Brasília, 49,57% da população é negra, mas a exclusão racial também levou à exclusão

geográfica e econômica, expulsando a população negra para as áreas periféricas. Estudo realizado na Universidade de Brasília (UnB), pelo arquiteto e pesquisador Marcel Sant’Ana, mostra que as áreas mais pobres do Distrito Federal são as que têm maior população negra. “A exclusão do negro nas cidades é consequência de um processo histórico que nunca abriu espaços e igualdade de oportunidades entre a população negra e branca”, comenta o arquiteto Zulu Araújo, diretor da Fundação Cultural Palmares.

A intolerância religiosa contra religiões de matrizes africanas é outra vergonha. No último ano, a Praça dos Orixás, no Setor de Clubes Sul, às margens do Lago Paranoá, sofreu atos de vandalismo. Imagens que representam divindades do Candomblé foram queimadas e mutiladas. “A Constitui-

ção garante o direito à liberdade de crença religiosa, mas há anos que as religiões dos povos negros não são respeitadas”, lamenta o professor Nelson Inocêncio, coordenador do Núcleo de Estu-

dos Afro-Brasileiros da UnB.

Em 1978, o 20 de novembro passou a ser oficialmente o dia nacional de conscientização. Até então, a única data que evocava o tema era a abolição da escravidão, em referência à assinatura do ato abolicionista pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Desde 1988, a Constituição prevê a igualdade entre os povos, e o racismo e a discriminação racial passaram a ser crimes inafiançáveis. “As conquistas foram muitas, mas o país não conseguiu eliminar o racismo. O que fazemos agora é criar políticas para enfrentar o problema”, avalia a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção à Igualdade Racial (Seppir).

PROGRAMAÇÃO

Hoje, a partir do meio-dia, grupos musicais acompanham a lavagem do busto de Zumbi, em frente ao Conic. À tarde haverá desfile de penteados afros. Na segunda-feira, movimentos negros vão recolher assinaturas para que a Praça Zumbi dos Palmares e a Praça dos Orixás sejam consideradas patrimônios de Brasília.

LEIA MAIS SOBRE
CONSCIÊNCIA NEGRA NO
CADERNO C, CAPA

LUCIANA MORAIS PAIVA

MISSA DE 7º DIA

A família agradece as manifestações de carinho e solidariedade recebidas e convida para a Missa, a ser celebrada hoje, 18 de novembro, às 19 horas, na Igreja Nossa Senhora da Esperança (EQN 307/308).